

**DESDOBRAMENTOS DA QUESTÃO AMBIENTAL NO AGRONEGÓCIO: A  
RELAÇÃO SOCIEDADE/NATUREZA EM DISCUSSÃO****DEVELOPMENTS OF ENVIRONMENTAL ISSUE IN AGRIBUSINESS: SOCIETY  
RELATIONSHIP / NATURE IN DISCUSSION****Marielen Aline Costa da Silva**Doutoranda em Agronegócios  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre, RS, Brasil  
marielenacs@outlook.com.br**Filipe Mello Dorneles**Pós-graduando em Agronegócio  
Universidade Federal do Pampa  
Porto Alegre, RS, Brasil  
fidorneles@gmail.com\* **Recebido em: 28/05/2016**\* **Aceito em: 27/06/2016****RESUMO**

As profundas mudanças nas várias dimensões da vida social e econômica, juntamente com o despertar das preocupações com a questão ambiental repercutiram diretamente na compreensão moderna da relação sociedade/natureza, em que considera o homem e a natureza ocupando polos opostos. Neste sentido, frente à emergência do debate que acerca a relação homem natureza, emergem pautas sobre o processo de desenvolvimento e crescimento econômico das nações no âmbito da sustentabilidade. O presente artigo objetiva analisar os desdobramentos acerca da questão ambiental no âmbito do agronegócio, a partir da discussão da relação sociedade/natureza. Adotou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica. Observou-se a partir da construção histórica da relação sociedade/natureza que problemas ambientais produziram uma série de mudanças, seja na sociedade civil que, ainda timidamente está sensível a problemática ecológica, seja no Estado e no mercado com suas estratégias. Consideramos que muitos foram os avanços e desafios são os limites permeiam as discussões e as práticas do meio ambiente. Ademais, é possível concluir uma modificação no modo de se produzir no setor do agronegócio a partir do momento em que a sustentabilidade é percebida como uma ação de entrada nos mercados internacionais e uma estratégia de competitividade.

**Palavras-chave:** Ambiental; Sociedade/Natureza; Agronegócio.**ABSTRACT**

The profound changes in the various dimensions of social and economic life, along with the awakening of concerns about the environmental issue reverberated directly in the modern understanding of the society/ nature that considers man and nature occupying opposite poles. In this sense, opposite the emergence of the debate about the relationship with nature, emerge guidelines on the development and economic growth of nations in the area of sustainability.

This article aims to analyze the developments regarding the environmental issue in the agribusiness, from the discussion of the society / nature. It was adopted as the methodology literature. It was observed from the historic building of the society / nature that environmental problems have produced a number of changes, whether in civil society, timidly is sensitive to ecological issues, and is in the state and the market with their strategies. We believe that there have been many advances and challenging the limits permeate discussions and environmental practices. Moreover, it is possible to conclude a change in producing mode in the agribusiness sector from the moment that sustainability is perceived as an entry action in international markets and a competitiveness strategy.

**Keywords:** Environmental; Society/Nature; Agribusiness.

## 1. INTRODUÇÃO

Desde antes das décadas de 1960 e 1970, muitos eram os questionamentos levantados nas discussões a respeito da problemática ambiental, seja no que se refere às diversas concepções de natureza, seja no relacionamento que as sociedades estabelecem com a mesma, seja ainda nas relações entre homens, homens e a produção e apropriação desigual do tempo e do espaço, como também das implicações socioambientais decorrentes da ascensão e consolidação do modo capitalista de produção e dos demais aspectos constituintes da vida social. Todavia, essas indagações acerca da sobrecarga imposta pela sociedade industrial ao ambiente limitavam-se a um debate e medidas mitigantes em escala local. Jacobi (2003) destaca que a partir da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental realizada em Tsibilisi (EUA), em 1977, iniciou-se um amplo processo em nível global orientado para criar as condições para que se formasse uma nova consciência sobre o valor da natureza e para reorientar a produção de conhecimento baseada nos métodos da interdisciplinaridade e nos princípios da complexidade. Tal processo deu início a um movimento que culminou na construção do conceito acerca da responsabilidade social e ambiental, como destacam Bertonecello; Chang Junior (2007):

A teoria sobre Responsabilidade Social surgiu na década de 1950 sendo um de seus precursores Bowen. O autor baseou-se na ideia de que os negócios são centros vitais de poder e decisão e que as ações das empresas atingem a vida dos cidadãos em muitos pontos, questionou quais as responsabilidades com a sociedade que se espera dos “homens de negócios”, e defendeu a ideia de que as empresas devem compreender melhor seu impacto social, e que o desempenho social e ético deve ser avaliado por meio de auditorias e devem ainda ser incorporados à gestão de negócios (BERTONCELLO; CHANG JUNIOR, 2007, p.71).

Na segunda metade do século XX emerge um contexto efetivamente diverso, em que a ciência e a tecnologia se aperfeiçoam em velocidade acelerada e intensa, com um poder de transformação da natureza nunca antes registrado na história humana, assistimos à produção das implicações sócio ambientais, mas também a sensibilização de grupos sociais, políticos e agentes econômicos para a questão da insustentabilidade ambiental frente a reprodução da sociedade industrial em nível global. Enfatiza-se que por longos anos o homem usou descontroladamente os recursos que a natureza ofereceu, sem nenhuma preocupação com o futuro. Entretanto, a partir do momento em que começou a ser questionada a permanência desses recursos, vários conceitos surgiram em prol do meio ambiente e sua sustentabilidade por intermédio da renovação natural. No momento isso só será possível se o próprio ser que o utiliza souber fazê-lo, preservando, renovando, incentivando e buscando meios de desenvolver sustentabilidade contínua (SANTOS; VALENÇA, 2011).

Depois da grande Segunda Guerra Mundial e da publicação do livro “A Primavera Silenciosa”, em 1962, da ecologista norte-americana, Rachel Carson, a questão sociedade/natureza recebeu atenção e o movimento ambientalista um novo impulso (Ciência Hoje, 2012). O alerta que Carson fez acerca do uso agrícola de pesticidas e as causas e consequências na natureza e na saúde das pessoas trouxe à tona a necessidade de repensar as formas de se produzir, como alerta Kaviski (2009).

Em sua obra, Carson procurou mostrar os efeitos do DDT na cadeia alimentar e o acúmulo do produto nos tecidos gordurosos dos animais. A autora afirmava que o uso do agrotóxico prejudicava o Planeta e alertava para suas consequências ao meio ambiente e a saúde. A cientista foi combatida pela indústria química e considerada alarmista pelo governo. Contudo, Rachel Carson foi considerada uma das pioneiras da conscientização de que os homens e os animais estão em interação constante com o meio ambiente (KAVINSKI, 2009, p. 43).

Ainda assim, com a grande expansão da indústria e da produção de alimentos para atender uma demanda, principalmente uma economia em desenfreado crescimento, surgiu a urgência de se colocar uma direção para o desenvolvimento, antes figurando-se em progresso, onde não se incluía questões sociais, culturais, políticas e principalmente, ambientais. Em conferência realizada pela ONU, em 1972 na Suécia, abordou-se a necessidade de incentivar a preservação e a melhoria do ambiente humano. E, em 1987, na Comissão Brundtland<sup>i</sup>, que o conceito de desenvolvimento sustentável foi criado, sendo um marco a mais na história do movimento ambientalista e colocando em pauta outra vez mais a importância de ser responsável com as ações na produção como um todo (ONU, 2014).

A partir do momento em que um caminho para as atividades produtivas e industriais receberam um norte, o qual trazia as questões ambientais como base, as discussões sobre um desenvolvimento sustentável ganharam mais força. O setor do agronegócio pela dependência direta dos recursos naturais se tornou um objeto de relevância dentro dos debates sobre sustentabilidade e desenvolvimento socioambiental, pois, estas atividades não envolvem apenas operações econômicas.

O presente artigo tem como objetivo analisar os desdobramentos acerca da questão ambiental no âmbito do agronegócio, a partir da discussão da relação sociedade/natureza.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

As próprias tecnologias criadas e/ou aperfeiçoadas a partir do século XX, como, por exemplo, os satélites, radares, sensores que produzem imagens do globo possibilitaram a visualização do planeta em sua totalidade, o que permitiu ampliar a noção acerca da ação do homem na modificação da superfície terrestre. Dessa forma, tanto os problemas quanto os questionamentos ambientais assumem e se mostram numa escala global, não sendo mais discussões enclaves, mas pautas obrigatórias nos debates sobre desenvolvimento socioeconômico e espacial (BECKER, 2006).

As profundas mudanças nas várias dimensões da vida social e econômica, juntamente com o despertar das preocupações com a questão ambiental repercutiram diretamente na compreensão moderna da relação sociedade/natureza, em que considera o homem e a natureza ocupando polos opostos, na qual o meio natural é um objeto de fonte inesgotável que está a serviço e a disposição do homem. Oliveira (2009) ao fazer um apanhado das diversas concepções de natureza existentes na história da sociedade ocidental, e ao tratar da ideia moderna sobre natureza, nos diz que:

[...] nessa visão antropocêntrica a natureza passou, portanto, a se constituir em um objeto da ciência moderna, cujos fenômenos deveriam ser moldados de forma a serem utilizados para atender às necessidades humanas [...] colocando-a na condição de mero ‘estoque de recursos naturais’, ou seja, a natureza passa a ser considerada como um recurso, um meio para se atingir um fim (OLIVEIRA, 2009, p. 06).

De acordo com Gonçalves (2010), a separação sociedade/natureza está presente no pensamento ocidental desde o período clássico, desenvolvidos por filósofos gregos e romanos e, prosseguiu ao longo da história, em que cada novo contexto de profundas transformações na vida social, se tornavam mais perceptíveis os distanciamentos entre o homem e o meio natural. Contudo, foi nos séculos XVII e XVIII que essa oposição homem e natureza se apresenta de forma completa, pois a filosofia cartesiana fundamenta o fato da natureza como objeto, como recurso e consolida o papel do homem, como sujeito competente para dominar e usufruir ilimitadamente o objeto. Nesse sentido que Santos (2006) observa que a natureza se torna um instrumento do processo social, e, com isso, é *desnaturalizada*. O trecho a seguir elucidada esse argumento.

A história das chamadas relações entre sociedade e natureza é, em todos os lugares habitados, a da substituição de um meio natural, *dado* a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais artificializado, isto é, sucessivamente *instrumentalizado* por essa mesma sociedade (SANTOS, 2006, p. 233, grifo do autor).

Oliveira baseada em Brandenburg (1996), Floriani (2000) e Videira (2004), complementa a ideia da citação acima, afirmando que a “técnica passa a assumir o papel de principal mediadora na relação entre humanos e natureza” (2009: 07). Santos (2006) cita os períodos técnicos propostos por Rose (1974) que são as revoluções neolíticas, industriais e cibernéticas. Destacando que as técnicas industriais podem ser consideradas um marco na produção da história do homem, justamente, pela velocidade com que se recriam e provocam mudanças no meio natural. E é diante do processo de transição entre as revoluções industriais e cibernéticas, no contexto pós Segunda Guerra Mundial, que o complexo científico-econômico não se contentando em utilizar os recursos naturais de forma predatória, tem como escopo produzir outra natureza, totalmente artificializada, numa tentativa de romper definitivamente com o meio natural, fundamentando a ideia de que o crescimento econômico poderia se dar infinitamente e que o desenvolvimento era sinônimo de domínio da natureza pelos homens (BERNANDES; FERREIRA, 2009).

Na atual fase do capitalismo, a produção do espaço geográfico tem sua condição econômica alterada, não sendo apenas valor de uso, mas também valor de troca. A dinâmica de mercado se estabelece no próprio espaço, onde o seu valor é atribuído pela disposição de recursos naturais e artificiais capazes de serem tomadas como vantagens comparativas pelos agentes capitalizados, capazes ainda de se tornarem mercadorias altamente rentáveis para o capital, que passa a incutir valor em algo extremamente complicado de ser quantificar, por exemplo, qual o valor em dinheiro de um ar de qualidade? Assim, “o espaço modificado é um dos produtos desses processos e podemos afirmar que toda diferenciação social precede e predetermina toda diferenciação ecológica” (BERNANDES; FERREIRA, 2009, p. 25).

Bernardes e Ferreira evidenciam muito bem a nova lógica de uso e apropriação da natureza pelo capital, que ocorre em nível mundial, em que:

A relação com a natureza passa a ser, antes de mais nada, uma relação de valor de troca [...] assim, sob o signo capitalista, o crescimento econômico, na forma de acumulação de capital, tornou-se uma necessidade social absoluta, e a ampliação da dominação da natureza tornou-se igualmente necessária [...] portanto, o espaço no capitalismo é condição e meio de produção, implicando a sua privatização e a de seu conteúdo (2009: 21 - 22).

Neste sentido, frente à emergência do debate acerca da relação homem/natureza emergem pautas sobre o processo de desenvolvimento e crescimento econômico das nações no âmbito da sustentabilidade. Esta preocupação revela o quão importante se faz discutir a responsabilidade do homem pela natureza, tendo que levar consigo a consciência de que todo desenvolvimento deve ser norteado pelas questões sociais e ambientais, além de econômicas.

É notável a consolidação do agronegócio e reconhecível a importância do setor, que segundo Silva (2012), tem grande importância na economia brasileira e mundial, principalmente devido aos vários agentes envolvidos no sistema, que faz com que haja uma sequência de atividades, geradoras de riqueza entre os elos da cadeia. De acordo com o CEPEA, em 2011 o PIB do agronegócio teve participação de 22,74% no total do PIB brasileiro. No entanto, em vista do seu crescimento, exalta-se os desafios que acompanham o agronegócio, como a necessidade de tornar-se, cada vez mais, uma atividade sustentável.

Logo, o mercado mundial tem requerido que cada vez mais se certifique os produtos, para saber se a origem destes foi dada a partir de uma produção que atenda critérios ambientais, impostos pelas barreiras de comercialização internacional. Países como o Brasil, que exportam muitas commodities, principalmente para países desenvolvidos, são impulsionados a agir em harmonia com a natureza. Almeida et al. (apud VERDOLIN; ALVES, 2005, p. 106-107) aponta que,

“Nos países em desenvolvimento, a globalização das questões ambientais atinge mais diretamente as empresas inseridas no mercado internacional: empresas transnacionais e empresas exportadoras para os países desenvolvidos. As empresas transnacionais vêm mudando seu desempenho ambiental por pressão de acionistas e consumidores dos países de origem, cujos padrões e normas legais são muitas vezes mais rígidos. As empresas exportadoras enfrentam um novo protecionismo que surge no mercado internacional: a discriminação de produtos e serviços por barreiras ambientais, seja em relação à observância de padrões técnicos exigidos, seja por adesão voluntária a normas estabelecidas no âmbito das certificações ambientais, seja por apresentar discriminação ou perda de competitividade

Segundo Assad et. al. (2012), o agronegócio tem grande participação na economia do Brasil e o potencial do crescimento da produção é evidenciado por uma série de fatores, porém, por outro lado, os desafios socioambientais entram em cena na busca de um equilíbrio entre o homem ‘produtor’ e natureza. Para Assad et al. (2012, p. 06):

“A disponibilidade de recursos naturais e os avanços tecnológicos, a demanda interna expressiva e o crescimento do consumo do mercado internacional são indicadores do potencial de ampliação da produção brasileira. Esse cenário é extremamente positivo, pois o Brasil precisa continuar estimulando o desenvolvimento, com a produção crescente da agricultura, para gerar divisas com a exportação e para alimentar a população. Por outro lado, a questão ambiental e a redução das emissões de GEE são necessidades fundamentais no desenvolvimento do país, o que concretiza diversos novos imperativos para os produtores e para a ação governamental. Será preciso enfrentar um duplo desafio: estimular o crescimento e reduzir as emissões e, para tanto, a agricultura brasileira dispõe de tecnologias mitigadoras que podem ser incorporadas pelos agricultores no seu processo de produção.

Dessa forma, corroborando com a ideia acerca da fervorosa discussão a respeito da sustentabilidade em todos os espaços de produção, e em especial nas atividades diretamente ligadas aos recursos naturais, como a produção agrícola e pecuária, Canuto (2004) argumenta de forma “severa” que,

“O agronegócio é devastador. Imensas áreas de florestas e do cerrado estão sendo ilegalmente desmatadas, secando nascentes e mananciais, sugados pelo ralo das monoculturas, pastos de capim, carvoarias, mineradoras e madeireiras. Os agrotóxicos, despejados por aviões e tratores, estão contaminando solos, águas, ar e as plantações camponesas, causando doenças e mortes (CANUTO, 2004, p. 117)”.

De acordo com Silva (2012), uma das questões chave para o agronegócio é a problemática da sustentabilidade. A gestão deve focar na minimização dos impactos causados ao meio ambiente como, por exemplo, erosões e poluição do solo e água. Pois segundo Soglio e Kubo (2009), foi através do uso da terra e dos recursos naturais que o agronegócio se tem mantido entre as atividades mais lucrativas nos últimos anos e segue em franca expansão nesse novo milênio. Ao mesmo tempo, nas últimas décadas, os movimentos sociais e ambientais começaram a unir forças, motivados tanto por um inimigo comum, o agronegócio, quanto por um objetivo convergente, a luta pela soberania alimentar. Para os autores,

“[...] as alterações no comportamento dos agentes econômicos, sejam produtores, sejam consumidores, considerados individual ou coletivamente, em organismos governamentais ou não-governamentais, têm implicado alterações institucionais e novas possibilidades de vantagens competitivas, tais como a certificação de origem, vendas no “comércio justo”, etc. Isso guarda relação com o conceito de desenvolvimento sustentável, atualmente em uso. Tal conceito, como se sabe, tem em conta as novas formas de se considerar as relações dos homens com os recursos naturais, buscando a superação de uma perspectiva puramente economicista, que geralmente não é assumida apenas pelos economistas. Ou seja, há uma preocupação de ir além dos aspectos puramente econômicos na concepção de desenvolvimento (SOGLIO; KUBO, 2009, p. 126)”.

Neste contexto de emergência dos debates acerca da discussão da relação sociedade/natureza nos diversos meios da vida moderna, surge o conceito de desenvolvimento sustentável, estabelecido na conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em Estocolmo, no ano de 1972. Para Cruvenil (2009), já estava claro que a sustentabilidade não deveria ser apenas ambiental, mas também social e, que antes de tudo é um princípio de solidariedade com as gerações futuras. Para tanto, o autor salienta que,

“Ao se tratar o tema agronegócio devem ser considerados os aspectos que tratam de soberania e desenvolvimento sustentável, logo em uma dimensão que trate de uma política pública que considere não somente a dimensão econômica, mas sua integração com as dimensões ambiental e social. Sendo assim, necessário tratar de questões que estão associadas aos indivíduos e ao povo que habita as diferentes regiões do País, de forma a considerar o processo de geração de riqueza, as particularidades regionais e as especificidades dos Biomas e sua utilização (CRUVINEL, 2009, p. 11)”.

Neste sentido, Lopes e Contini (2012) destacam que os desafios no horizonte são enormes. Tecnologias mais eficientes serão necessárias para permitir o atendimento das necessidades básicas de alimentos para a sociedade brasileira, além da produção de excedentes exportáveis para o mundo, constituindo em oportunidade de negócios e

responsabilidade social, nacional e mundial. Ao mesmo tempo, estas mesmas tecnologias deverão incorporar práticas para a preservação dos recursos naturais, como solo, água, florestas e biodiversidade. Acrescente-se a esperada contribuição para o mais recente desafio do aquecimento global e seus potenciais efeitos sobre a produção agrícola

### 3. METODOLOGIA

Na busca de embasar os questionamentos a respeito do tema estudado, a sustentabilidade no agronegócio a partir dos desdobramentos da discussão acerca da relação sociedade/natureza, adotou-se como método a pesquisa bibliográfica. Segundo Rampazzo (2005, p. 53), a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas. Dessa forma, foram selecionados trabalhos de autores centrados no tema sociedade/natureza e vêm colaborando para a construção histórica do desdobramento da presente questão e a partir destes e da experiência dos autores, buscou-se interpretar o desdobramento da questão ambiental no agronegócio. A partir do método adotado foi possível revisar e analisar o desenvolvimento social e econômico do homem frente a produção e a necessidade de se inserir a sustentabilidade nos processos produtivos do agronegócio. .

Quanto à abordagem, o presente estudo caracterizou-se pela natureza qualitativa-descritiva. Segundo Godoy (1995) “[...] a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques. Dessa forma, acreditamos que a pesquisa bibliográfica representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas.

### 4. RESULTADOS

As preocupações com os desdobramentos das questões ambientais no cotidiano dos homens e de suas atividades econômicas ficaram mais claramente evidentes nos últimos dois séculos, com a explosão de escândalos ambientais, desastres naturais, entre outros, ganhando espaço para debate nas mais distintas áreas. De acordo com Lenzi (2005), embora a sociologia clássica reserve sua parcela de contribuição aos estudos da sociologia ambiental, seu intuito ao se debruçar sobre o tema era compreender os motivos que levaram as sociedades modernas a perseguirem meios (aperfeiçoamento técnico, científico e tecnológico) para se libertarem da dependência e/ou das pressões exercidas pela natureza, enquanto outras sociedades, chamadas de pré-modernas continuaram a mercê do meio natural, ou seja, “a questão ecológica básica para a teoria social clássica não foi a origem da degradação ambiental contemporânea” (LENZI, 2005, p. 36).

Outro fator apontado pelo mesmo autor sustentado nos argumentos de Catton e Dunlap para o descuido dos estudos sociológicos com a questão ambiental é a predominância do antropocentrismo sociológico. No trecho adiante, Lenzi expõem os argumentos de alguns sociólogos para essa questão antropocêntrica:

“ecologizar” a sociologia representou para muitos cientistas sociais um risco de recairmos em algum novo tipo de reducionismo naturalista [...] essa rejeição ocorre porque o “natural” sempre foi usado como um artifício para legitimar o mundo social tal como ele se apresenta para nós num dado momento (2005: 35, grifo do autor).

Entretanto, a forma como vinha sendo conduzida a relação sociedade e natureza no contexto das sociedades modernas ocidentais, na qual os conhecimentos acerca dos efeitos

reais dessa relação passaram a ser discutidos em escala global, providenciaram um processo de conscientização sobre a questão ecológica, a partir das décadas de 1960 e 1970, em vários lugares no mundo. Assiste-se a emergência de formas de ação coletiva, como movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs), associações e entre outras, na qual eram fundamentalmente portadores de um protesto, que alicerça o empreendimento coletivo e é por via deste que buscam conseguir mudanças de atitude no tocante ao tratamento dado à natureza. Segundo Gonçalves (2010) essas ações coletivas “não criticam exclusivamente o modo de produção, mas fundamentalmente, o modo de vida” adotado e difundido pelas sociedades ocidentais modernas. É também nesse momento histórico que Lenzi (2005) apresenta a proposta de Catton e Dunlap de criação de uma sociologia ambiental dedicada aos estudos das interações entre sociedade e meio natural.

Na década de 1980, surge o discurso da modernização ecológica, que tem a missão de imprimir algumas ponderações na mensagem e na postura adotada pelo movimento ambiental nos anos anteriores. Ainda Lenzi (2005) baseado em Hajer (1995), aponta que o movimento ambiental fora atingido por uma “ambiguidade de sentimentos”, pois se apresentavam duas grandes orientações contrastantes aos ambientalistas, uma relacionada aos “limites do crescimento” (MEADOWS, 1972) e a outra, oposta, que criticava a sociedade do consumo e desperdício, como também, a incerteza do conhecimento científico e tecnológico na resolução dos problemas ambientais. Essas leituras nortearam as novas estratégias mobilizadas pelo movimento ambientalista, que não mais confrontavam com o Estado, mas buscavam ser “menos radicais, mais práticos e mais orientados para a política” (HAJER, 1995, p. 93 *apud* LENZI, 2005, p. 55). Neste sentido, o discurso pregado pela modernização ecológica compreendia que a proteção ambiental não deveria ser tomada como uma barreira ao crescimento econômico, porém apreendida condição essencial para o desenvolvimento sustentável em todas as dimensões da vida social.

Bernardes e Ferreira (2009) apontam alguns avanços e limites presentes no posicionamento do movimento ambiental. Os avanços ficam por conta de mudanças de atitude, como:

O estilo de vida da classe média ocidental está sendo transformado e o consumo de mercadorias ecológicas está aumentando, o tamanho das famílias diminuiu, a economia doméstica de recursos energéticos é uma realidade, em todos os cantos do mundo aumentam as implantações de reservas naturais e a preservação de áreas históricas, há o crescimento de agências governamentais (internacionais, nacionais e locais) relacionadas à questão ambiental e aumento de leis ambientais. Mesmo nos países onde se detecta um impulso desenvolvimento pouco preocupado com a ecologia, os movimentos de ambientalistas e os projetos oficiais de preservação ambiental crescem [...] mas os movimentos ecológicos contribuíram para uma nova visão das relações sociedade/natureza (BERNARDES; FERREIRA, 2009, p.34-35).

Gonçalves (2010) reconhece essas mudanças como significativos avanços no estabelecimento de outro olhar sobre as formas de conceber, usar e se apropriar da natureza, mas levanta alguns limites, problematizando a questão da condição social ecológica, pois uma vez que o movimento ambiental se posiciona em torno de um problema ecológico pode estar, indiretamente e não intencionalmente, beneficiando alguns atores sociais em detrimento de outros. O autor expõe alguns exemplos que corporificam a problemática levantada, sendo um deles o seguinte:

Quando, no Brasil, denunciarmos a contaminação de rios por mercúrio usado por garimpeiros, pequenos produtores, nos vimos “apoiados” pela grande imprensa, inclusive por uma grande central de televisão que tem interesse no setor. Neste caso, a grande empresa se mostra mais competente para evitar a contaminação dos rios em virtude das técnicas mais sofisticadas de que dispõe. Os pequenos produtores de ouro se veem pressionados pela opinião pública mobilizada pela mídia em nome de causas ecológicas e, proibidos de continuar sua atividade, migram para outros lugares, indo disputar terras com posseiros ou comunidades indígenas ou indo engrossar o exército dos despossuídos urbanos (GONÇALVEZ, 2010, p.22).

Isto é, o movimento ecológico contribuiu para a geração de vários outros problemas sociais, que podem vir produzir outros problemas ambientais. O autor avalia que está é uma questão extremamente complexa, contudo verifica-se que existem poucos debates e pesquisas científicas no tocante a essa temática.

É neste contexto de dualidade do movimento ambiental que, na Conferência sobre Meio Ambiente, promovida pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), 1973, em Estocolmo, surge o conceito de “codesenvolvimento”, que em síntese é um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas em longo prazo (SACHS *apud* RONCAGLIO et al., 2012). Logo após os debates que emergiram o conceito de codesenvolvimento<sup>ii</sup>, foi que a expressão desenvolvimento sustentável passou a ser mencionada e posta nos tópicos de conferências como a de Estocolmo. Sachs utiliza esse conceito no contexto de uma dura crítica ao modelo de desenvolvimento forjado pelas sociedades industriais e às condições de desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas. O autor expõe que para se alcançar um desenvolvimento sustentável, de modo satisfatório, se deve considerar alguns aspectos, estes, ambientais, sociais e políticos.

Desde a implantação das lógicas produtivas taylorista e fordista, o homem produz muito mais do que necessariamente precisa para sobreviver. Na verdade, a economia capitalista do século XX, caracteriza-se pelo exagero e pelo desperdício, o incentivo ao aumento do consumo está atrelado a uma lógica sustentada pelo aperfeiçoamento ininterrupto da ciência e da tecnologia, induzida, principalmente, pelos sujeitos capitalizados na ânsia de maior acumulação de capital, transformando, a cada dia, o novo em velho para o consumo de um novo objeto, sem que o mesmo tenha cumprido o ciclo vital e sua total funcionalidade social a que próprio fabricante havia previsto, os analistas chamam essa prática de obsolescência programada e/ou psicológica, e é comprovadamente uma estratégia capitalista insustentável ambientalmente e socialmente. Para se ter uma ideia ainda maior acerca do assunto, obsolescência programada, os autores Farias, Duschitz e Carvalho (2015, p. 227) a exemplificam a partir de uma situação reflexiva com um produto feito de nylon em uma organização, onde se é provocada uma falha para que o produto se torna descartável,

Com as vendas em declínio promoveram a seguinte reflexão no departamento comercial: “de quantas meias indestrutíveis e que podem ser usadas para sempre as pessoas precisam?” Apenas uma, obviamente. Os engenheiros, assim, mudaram a fórmula do produto, o que permitia que a meia tivesse seu fio “puxado” ao menor descuido. Trata-se da obsolescência programada, que não se restringe a meias de nylon. Computadores e gadgets, por exemplo, são planejados para atenderem a um determinado número de solicitações e, depois disso, deixarem de responder. De modo semelhante, muitos objetos eletrônicos apresentam falhas na realização das suas tarefas com o passar do tempo. (FARIAS; DUSCHITZ, CARVALHO, 2015, p. 227)

A obsolescência planejada está em limitar de maneira artificial a vida útil dos produtos, tendo a intenção de promover a substituição mais cedo do aconteceria quando houvesse uma obsolescência psicológica. Esta prática foge da consciência quanto a causa e consequências por parte de produtores e organizações, pois o descarte feito gerando um giro econômico, acaba impactando também em um desafio ecológico e ambiental por questões não resolvidas ou ainda, mal implementadas, como a coleta seletiva.

A natureza talvez nunca tenha aguardado silenciosa a evidência desse total desequilíbrio produzido no cerne da relação predatória da sociedade com o meio natural, mas o próprio conhecimento científico e tecnológico, permitiu legitimar as implicações sócio ambientais do próprio uso inadequado e irracional da natureza e os riscos há muito minimizados pelas práticas cotidianas e pela sensação que talvez nada de muito grave possa estar ocorrendo, uma vez que, mascaradamente, não se percebe os reais efeitos desse desequilíbrio ao longo do dia-a-dia, principalmente, nas grandes cidades de ritmo frenético, e no campo, pela negligência em conhecer uma realidade que é dada como atrasada.

Para Soglio e Kubo (2009), alterações no comportamento dos agentes econômicos tem relação com o desenvolvimento sustentável, que como se sabe, tem em conta as novas formas de se considerar as relações dos homens com os recursos naturais. Arendt (1997) avança sua análise sobre a forma do relacionamento da sociedade com a natureza e da possível medida para buscar alternativas que tratem coerentemente da questão ambiental, fazendo a seguinte observação

[...] não há motivo para duvidar da nossa atual capacidade de destruir toda a vida orgânica da Terra. A questão é se apenas desejamos usar nessa direção nosso novo conhecimento científico e técnico – e esta questão não pode ser resolvida por meios científicos; é uma questão política de primeira grandeza e, portanto, não deve ser decidida por cientistas profissionais, nem por políticos profissionais (Arendt, 1997, p. 11).

A autora aponta que a decisão a ser tomada sobre tal questão deve ser coletiva, envolvendo os vários atores sociais e agentes transformadores da natureza, no qual o conhecimento científico e tecnológico oferecerá suporte para se escolher o caminho mais razoável, de acordo com a condição que o mundo se encontra atualmente.

Segundo Guimarães (2006), a emergência da problemática da degradação dos recursos naturais e dos ecossistemas trouxe à tona as questões subjacentes, como os modelos de crescimento econômico e, atrelados a eles, a problemática socioambiental. O crescimento econômico ilimitado e o uso indiscriminado da natureza, vinculados com a velocidade e o poder com que avançam a ciência e a tecnologia, produziram implicações sócio espaciais negativas ao meio ambiente, consideradas de difícil reparação e até mesmo irreversíveis. Os desastres ambientais se tornaram mais evidentes e suas repercussões, assim como as respostas se apresentavam numa escala global. Estas problemáticas instigaram o debate dos fatores que regem o crescimento econômico e desenvolvimento das nações sem ultrapassar limites imperceptíveis entre o homem e o meio ambiente.

Neste sentido, Bernardes e Ferreira (2009) apresentam alguns acontecimentos da segunda metade do século XX, que são tomados como bons exemplos para a iniciativa da construção de uma consciência a respeito da questão ambiental. Citam-se, primeiramente, os eventos da Segunda Guerra Mundial, advertindo que as relações de poder, o conhecimento científico e a capacidade tecnológica desenvolveram armas de destruição em massa, como as bombas atômicas lançadas em duas cidades japonesas, no ano de 1945. Bellen (2004) salienta que ao lado do exponencial desenvolvimento tecnológico deste período, que aumenta a expectativa de vida dos seres humanos ao mesmo tempo em que aumenta sua capacidade de autodestruição, ocorreu um crescimento significativo da utilização de matéria e energia para

atender às necessidades da sociedade.

Outro exemplo, mencionado pelos autores, foi o ocorrido na Baía de Minamata, Japão. A poluição química das águas por uma indústria atingiram comunidades pesqueiras que sobreviviam da atividade e do alimento da pesca, sendo que os primeiros a sentir os efeitos colaterais foram os animais que se alimentavam do pescado ou consumiam a água, em seguida as pessoas que nasciam deformadas ou morriam. A indústria continuou poluindo as águas por mais de dez anos até que fossem tomadas providências para combater isso. Outro caso muito famoso é relatado pela bióloga Rachel Carson, no livro “Primavera Silenciosa”, de 1962, na qual a autora ressalta os efeitos negativos da mecanização e do uso abusivo de agrotóxicos nas lavouras norte-americanas. Os pesticidas agiam tanto sobre as pragas quanto sobre as demais espécies benéficas ao meio ambiente cultivado, como também, contaminavam os alimentos e as pessoas que os consumiam, além de poluírem o solo e as águas superficiais e subterrâneas.

Os autores ainda mencionam que na década de 1980, ocorreram dois acidentes provocados por material radioativo. Em Chernobyl, extinta União Soviética, 1986, considerado o maior acidente nuclear em que morreram dezenas de pessoas e outras dezenas sofrem, até hoje, os efeitos da exposição à radiação. Em Goiânia, Brasil, 1987, material radioativo armazenado de forma inadequada é descoberto por moradores que os levam para casa, sem o conhecimento dos efeitos deste para o corpo humano e meio ambiente. Inúmeras mortes, deformações e abortos ocorreram após o contato com o elemento radioativo, até que as autoridades governamentais tomaram medidas para controlar a situação.

Muitos foram os desastres ambientais ocorridos na segunda metade do século XX, onde cita-se ainda o desmatamento de florestas tropicais e extração de minérios dos solos e subsolos amazônicos, incentivados pelo próprio governo estatal, baseado no entendimento de que progresso e desenvolvimento socioeconômico e espacial se dão através do domínio e mesmo da negação da natureza. Para Bellen (2004), estes desastres provocaram um impressionante avanço na conscientização sobre os problemas ambientais, sendo as crescentes dúvidas em relação ao futuro do meio ambiente uma das consequências das várias transformações que marcaram a segunda metade do século XX.

Todos os eventos no século passado transcenderam barreiras do “progresso” humano, indo de conquistas de fronteiras e autoritarismo das nações mais desenvolvidas, ocasionando a desordem ecológica, até a exaustão, de fato, do meio natural a partir de ações do homem que colocaram em risco a sua própria espécie, dando a entender a urgência de se colocar em pautas agendas sobre a sustentabilidade. Segundo Rohde (1994), a passagem do atual mundo desintegrado para um em que o desenvolvimento seja sustentado (com sua implícita melhoria da qualidade de vida) exige radical migração da situação presente de insustentabilidade planetária para outro modelo civilizatório.

Dessa forma, Silva (2012) salienta que tais transformações e impactos ocorridos no século XX, tornaram-se uma problemática para agronegócio, setor que possui íntima relação com os recursos naturais. Giordano (2005) argumenta que as atividades agrícolas são reconhecidamente causadoras de problemas ao meio ambiente. Ainda, Silva expõe que, iniciativas que busquem uma produção agrícola de forma sustentável, são bem-vindas, para que sejam minimizados os problemas enfrentados pelos produtores, principalmente quanto à colocação dos produtos no mercado, seja por logística, custos ou escala. No caminho de se buscar atender uma demanda por alimentos cada vez mais bruta - onde inicialmente, produtores visavam produzir em alta escala sem respeitar uma margem imposta pelo meio ambiente - extrapolando barreiras e imergindo na questão ecológica, surgiu um questionamento: como continuar a produzir sem degradar e comprometer o futuro? Para

Cruvinel (2009, p. 11), “é necessário tratar de questões que estão associadas aos indivíduos e ao povo que habita as diferentes regiões do país, de forma a considerar o processo de uma geração de riqueza, as particularidades regionais e as especificidades dos Biomas e sua utilização”, expondo a ideia de que o desenvolvimento, em especial no âmbito do agronegócio, deve ser tratado não somente por uma ótica puramente econômica, mas também, devendo priorizar a integração de dimensões ambientais e sociais.

Neste sentido, as atividades do agronegócio, mais especificamente as voltadas diretamente a produção dentro da propriedade rural, passou a receber uma atenção maior quanto a sustentabilidade e desenvolvimento socioambiental, pois, estas atividades não envolvem apenas operações econômicas, como esclarece Ehlers *apud* Silva (2012), dizendo que “não há dúvida de que a prática do cultivo da terra, ou agricultura, envolve aspectos sociais, econômicos e ambientais que devem ser entendidos conjuntamente”.

Colocando-se uma lupa sobre a questão ambiental nas atividades do agronegócio, Canuto (2004) expõe as principais ações do homem sobre a natureza. Entre estas ações, o autor destaca que “imensas áreas de florestas e do cerrado estão sendo ilegalmente desmatadas, secando nascentes e mananciais, sugados pelo ralo das monoculturas, pastos de capim, carvoarias, mineradoras e madeireiras. Os agrotóxicos, despejados por aviões e tratores, estão contaminando solos, águas, ar e as plantações camponesas, causando doenças e mortes”.

É neste contexto, que novas ações vêm sendo desenvolvidas pelo setor como formas de mitigar ou evitar os impactos negativos do agronegócio sobre a natureza. Giardano (2005) lista algumas dessas ações,

[...] algumas práticas de produção agrícola consideradas adequadas à produção sustentável: práticas de cultivo mínimo, plantio direto, bacias de infiltração de água no solo, conservação de estradas rurais, planejamento da localização de bueiros e desaguadouros em estradas rurais, recobrimento vegetal de áreas desnudas, proteção vegetal de taludes, manutenção de áreas florestais nativas, conservação e replantio de espécies vegetais nativas, manutenção das áreas de preservação permanentes, proibição da caça predatória e instituição de estação de caça e pesca onde for possível, proibição e fiscalização rigorosa do corte de matas nativas, manejo integrado de pragas, rotação de culturas, respeito aos períodos de carência dos agroquímicos, dosagem correta e localizada dos defensivos, uso de defensivos seletivos e menos agressivos ao ambiente e ao homem, restituição de matéria orgânica ao solo (restos de cultura, restilo, folhas e galhos triturados, etc.) e resgate de práticas de incorporação de compostos orgânicos, sistemas de coleta seletiva de recipientes de defensivos educação ambiental nas escolas primárias rurais e urbanas. (GIARDANO, 2005, p.35)

São perceptíveis as mudanças no sentido da busca da sustentabilidade nas atividades do agronegócio. Muitas destas transformações estão baseadas na necessidade de acessar mercados internacionais, cada vez mais exigentes, aprimorar estratégias de competitividade, garantir a plenitude dos recursos naturais – matéria prima para a produção agropecuária – e atender a demanda de um grupo de consumidores cada vez mais conscientes quanto à origem e procedência de produtos produzidos a partir dos três pilares da sustentabilidade (ambiental, social e econômico) e com justiça social. Todavia, os desafios ainda são enormes tanto no âmbito da implementação de leis e fiscalização ambientais mais eficientes, especialmente nas áreas rurais, conscientização de produtores e da sociedade civil na exigência de suas demandas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações ocorridas nos vários aspectos da vida social, na segunda metade do século XX, possibilitaram uma revisão das concepções, dos usos e apropriações da natureza pelas sociedades ocidentais modernas, o que levou a problematizar o lugar do homem, o lugar da natureza e o entendimento da sua totalidade. Permitiu ainda analisar o papel desempenhado pelas relações de poder, pela divisão do trabalho, pelo uso das técnicas e do conhecimento científico no tratamento de modificação do meio natural e as implicações socioambientais decorrentes de uma lógica contraditoriamente considerada racional de acumulação de bens e poder.

Entretanto, devemos avaliar que não só as sociedades ocidentais modernas têm a concepção que o homem é o sujeito competente para dominar a natureza e que os povos pré-modernos são aqueles que entendem e estabelecem harmonicamente uma relação com a natureza, é necessário compreender para além dessas dicotomias representativas, reconhecendo, respeitando e refletindo acerca das diversidades existentes ao longo da história e, também daquelas que coexistem nos dias de hoje. É necessário fazer à autocrítica e dialogar com as críticas alheias.

Neste contexto, ressaltam-se as atividades econômicas humanas como, em parte, grandes responsáveis pela apropriação da natureza pelo homem, em especial as atividades agrícolas que possuem uma conexão direta com os recursos naturais. No entanto, é notável que as formas de ação coletivas que se arranjaram em torno da questão ambiental produziram uma série de mudanças de atitude, seja na sociedade civil que, ainda timidamente está sensível a problemática ecológica, seja no Estado ou no mercado com suas estratégias de diferenciação. No agronegócio, principalmente em setores como a pecuária – elo que desperta constantemente os debates acerca da sustentabilidade – muitos foram os avanços e desafios são os limites que permeiam essas discussões práticas. É possível identificar uma modificação no modo de produção agroindustrial a partir da percepção da sustentabilidade como uma ação urgente, buscando somar as atividades humanas com o meio ambiente em um conjunto harmônico.

Além disso, aspectos como o crescimento demográfico, mudanças no padrão de consumo alimentar mundial, transformações e limitações nas fronteiras agrícolas, associado a emergência de uma série de movimentos sociais, como *slow food e quality turn*, perceptores da alimentação e das formas de produção como ato político, passaram a exercer forte pressão sobre os aspectos sustentáveis da produção agrícola. Paralelamente a este movimento, desperta-se uma consciência do produtor rural como guardião da natureza e da paisagem, reforçando as pressões sobre os impactos poluidores do setor agronegocial e fortalecendo a valorização de ações sustentáveis.

Assim, cada vez mais, coletivos sociais e políticas governamentais buscam dar luz a medidas que mitiguem os impactos ambientais das operações agrícolas, construindo estratégias de fortalecimento do setor baseadas em uma agenda de sustentabilidade e responsabilidade social. Vale ressaltar que, ainda existe um grande caminho a ser seguido para alcançarmos melhores resultados sobre a questão ambiental e o agronegócio.

### 5.1 Sugestões e Limitações

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica que busca através da construção história dos desdobramentos acerca da relação sociedade/natureza discutir o posicionamento do agronegócio. Dessa forma, o artigo deixa lacunas quanto o aprofundamento dos debates exclusivamente no setor do agronegócio nacional, mais especificamente no que condiz a evolução dos diferentes modelos de produção. Neste sentido,

destacamos a importância da criação de uma agenda de pesquisa interdisciplinar que proporcione uma melhor compreensão das consequências e impactos da produção sobre a sociedade e meio ambiente, assim como permita a consolidação de técnicas produtivas sustentáveis social e ambientalmente.

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. **A Condição Humana**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- ASSAD, E. D.; MARTINS, S. C.; PINTO, H. S. **Sustentabilidade no Agronegócio Brasileiro**. FBDS, 2012, p. 06
- BECKER, B. **Rede de Inovação da Biodiversidade da Amazônia**: 2006. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2006.
- VAN BELLEN, Hans Michael. Indicadores de sustentabilidade: um levantamento dos principais sistemas de avaliação. **Cadernos eBAPE. Br**, v. 2, n. 1, p. 01-14, 2004.
- BERNARDES, J. A.; FERREIRA, F. P. M. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Org.). **A questão Ambiental: diferentes abordagens**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 17-41.
- BERTONCELLO, S. T.; CHANG JUNIOR, J. A importância da Responsabilidade Social Corporativa como fator de diferenciação. **Revista da Faculdade de Comunicação**, n.º 17, 1º semestre de 2007. São José dos Campos, FAAP - Fundação Armando Alvares Penteado, 2007, p.70-76.
- CANUTO, A. Agronegócio – exclusão pela produtividade. In: **CNBB**. Mutirão por um novo Brasil: temas em debate. Brasília: CNBB, 2004, p. 117.
- CRUVINEL, P. E. **Agronegócio e Oportunidades para o Desenvolvimento Sustentável do Brasil**. São Carlos: Embrapa Instrumentação Agropecuária, 2009, p. 11.
- FARIAS, C.; DUSCHITZ, C.; CARVALHO, G. M. **Marketing Aplicado**. Porto Alegre, Bookman, 2015, p. 227.
- GIORDANO, S. R. Gestão Ambiental no Sistema Agroindustrial. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. **Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005
- GODOY, A. S. **Pesquisa Qualitativa**: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 21, 1995.
- GONÇALVES, C. W. P. **Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente**. 14 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

GUIMARÃES, R. P. A ecopolítica da sustentabilidade em tempos de globalização corporativa. In: GARAY, I.; BECKER, B. **Dimensões humanas da biodiversidade: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2006.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo. N.º 118, março/ 2003.

KAVINSKI, H. A apropriação do discurso da sustentabilidade pelas organizações: um estudo multicaso de grandes empresas. Dissertação. 08 de junho de 2009. 113 f. **Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento)**. FAE Centro Universitário, Curitiba, 2009.

LENZI, C. L. Ecologizando a sociologia: o desafio de uma sociologia ambiental. In: \_\_\_\_\_. **Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade**. Bauru, SP: Edusc, 2006, p. 25-88.

LOPES, M. A.; CONTINI, E. **Agricultura, sustentabilidade e tecnologia**. Embapa, 2012.

OLIVEIRA, M. C. C. de. Relação sociedade-natureza e suas matrizes paradigmáticas: uma introdução. In: \_\_\_\_\_. **Agricultura familiar e dinâmicas das relações sociedade-natureza em área de fronteira agrária na Amazônia oriental. Tese (Doutorado)**. Porto Alegre, PGDR/UFRGS, 2009.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. **A ONU e o meio ambiente**, 2014. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>> Acesso em: 24 de maio de 2016.

PEREIRA, E. M. Rachel Carson, ciência e coragem. **Revista Ciência Hoje**, outubro, 2014. Disponível em: [http://www.cienciahoje.org.br/revista/materia/id/658/n/rachel\\_carson,\\_ciencia\\_e\\_coragem](http://www.cienciahoje.org.br/revista/materia/id/658/n/rachel_carson,_ciencia_e_coragem). Acesso em: 12 de julho de 2014.

RAMPAZZO, L. **Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo, Edições Loyola, 2005.

RAYNAUT, C.; ZANONI, M. **La Construction de l'interdisciplinarité en Formation intégrée de l'environnement et du Développement**. Paris, Unesco, 1996.

RONCAGLIO, C.; JANKE, N.; SILVA, N. T.; BELLO FILHO, N. B.; SILVA, S. M. **Desenvolvimento Sustentável**. Curitiba, IESDE, 2012, p. 111.

ROHDE, G. M. Mudanças de Paradigma e Desenvolvimento Sustentado. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. Recife, INPSO/FUNDAJ, 1994, p. 21.

SACHS, I. **Espaços, Tempos e Estratégias do Desenvolvimento**. São Paulo, Vértice, 1996.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: tempo e técnica, razão e emoção**. 4. Ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, G. O.; VALENÇA, R. F. Desenvolvimento sustentável: responsabilidade socioambiental nas organizações. Curitiba, **Revista Eletrônica Opet**, n° 05, Jan/Jul 2011

SILVA, D. B. **Sustentabilidade no Agronegócio**: dimensões econômica, social e ambiental. Dourados, UNIGRAN, 2012, p. 24.

SILVA, D. B.; CALEMAN, S. M. **Produção Agrícola Sustentável**: análise de um Sistema de produção de hortaliças em Mato Grosso do Sul. *Qualitas Revista Eletrônica*, 2015, p. 06.

SOGLIO, F. D.; KUBO, R. R. **Agricultura e Sustentabilidade**. 1. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 126.

VERDOLIN, D. R.; ALVES, A. F. **Responsabilidade social**: perspectivas para o agronegócio. *Lavras, Organizações Rurais Agroindustriais*, v. 7, n. 1, 2005, p. 106-107.

---

<sup>i</sup>Em abril de 1987, a Comissão Brundtland, como ficou conhecida, publicou um relatório inovador, “Nosso Futuro Comum” – que traz o conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público. “O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades”. (ONU, sd)

<sup>ii</sup>Na definição dada por Sachs (1996), citada por Raynaut e Zanoni (1993), para um determinado país ou região o Ecodesenvolvimento significa o "desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por objetivo responder problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio".